



O Social em Questão

ISSN: 1415-1804

ISSN: 2238-9091

osq@puc-rio.br

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro  
Brasil

Cunha Bentivi, Daiane Rose

Seção livre: O progresso a que preço? A instalação da  
refinaria Premium I da Petrobras em Bacabeira – MA

O Social em Questão, vol. 17, núm. 32, 2014, Julho-, pp. 295-312

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro  
Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552264723014>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais informações do artigo
- ▶ Site da revista em redalyc.org

LUZEM  
redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa  
acesso aberto

# O progresso a que preço? A instalação da refinaria Premium I da Petrobras em Bacabeira - MA

Daiane Rose Cunha Bentivi<sup>1</sup>

## Resumo

Nos últimos anos, grandes obras estão sendo realizadas em todo o país, disseminando o discurso desenvolvimentista, em especial nas regiões mais pobres do Brasil. Nesse sentido, o presente artigo apresenta a análise dos impactos sociais no município de Bacabeira-MA, causados pelo início das obras de construção de um Grande Projeto de Investimento (GPI): a Refinaria Premium I da Petrobras. A partir da observação desse estudo de caso, avaliamos a forma como pequenas cidades são perversamente engolidas pelo sistema econômico capitalista, indicando a necessidade de haver um planejamento prévio das medidas mitigadoras a serem adotadas em comunidades tradicionais atingidas.

## Palavras-chave

Impactos sociais; Grandes projetos de investimento; Trabalho; Refinaria; Bacabeira.

## Progress at what price? The installation of the Premium I Refinery by Petrobras in Bacabeira - MA

## Abstract

In recent years, major projects are being carried out across the country, spreading the development discourse, especially in the poorest regions of Brazil. In this direction, this paper presents an analysis of the social impacts in the municipality of Bacabeira-MA caused by the start of construction of a Great Project Investment (GPI): Premium I refinery of Petrobras. From the observation of this case study, we evaluated how small towns are swallowed by the capitalist economic system, indicating the need for prior planning of mitigation measures to be adopted in traditional communities affected.

## Keywords

Social impacts; Large investment projects; Work; Refinery; Bacabeira.

## Introdução

No Brasil, a capacidade instalada do parque de refino de petróleo apresenta-se no limite e, a partir das novas descobertas de jazidas na camada do pré-sal<sup>2</sup>, faz-se urgente a ampliação da quantidade de refinarias brasileiras visando não somente o mercado interno, como também a exportação. Diante de tal necessidade, em janeiro de 2010, em uma área predominantemente rural no interior do Maranhão, mais especificamente no município de Bacabeira, a Petrobras iniciou as obras de implantação da Refinaria Premium I, provocando uma modificação radical na dinâmica social local.

A construção de uma obra de grande porte como esta traz consigo inúmeras modificações sociais e ambientais, gerando grandes impactos na região como a súbita migração de populações para o local das obras, a geração de poeira e ruídos, a alteração de fluxo de veículos, a extinção de ecossistemas e perda da biodiversidade, a modificação do espaço geográfico da cidade, dentre outras. Além dessas modificações estruturais, há a modificação de toda uma forma de vida da população local, alterando valores históricos e culturais dessa comunidade. Sendo assim, a necessidade de envolvimento da população nesse processo é fundamental, haja vista a intensidade e rapidez de tais mudanças.

A fase de implantação vivida atualmente gera aos trabalhadores locais uma gama de expectativas ligadas à empregabilidade e movimentação de negócios, especialmente no que tange à possibilidade de integrar-se no fluxo de movimentação financeira incomum no local. Tanto a inserção como mão de obra que será absorvida na área da construção civil responsável por erguer a Refinaria Premium I, quanto no mercado de bens e serviços, aquecido pela instalação da refinaria, fazem parte das expectativas criadas em em torno da geração de emprego e renda, que tem fundamento nos efeitos multiplicadores deste setor.

O projeto da Refinaria Premium I prevê, em sua etapa final, a implantação de uma capacidade de produção de 600 mil barris de derivados de petróleo por dia. O custo estimado da instalação é de US\$ 19,8 bilhões (PETROBRAS, 2008), sendo considerada um Grande Projeto de Investimento (GPI), não apenas em relação às necessidades brasileiras de produção, mas também sob a ótica das transformações que operam no meio natural – sem falar que a mesma se apresenta como investimento estratégico para a economia regional.

Dada a importância e a magnitude da implantação de uma refinaria de grande porte como será a Premium I, o artigo visa apresentar os impactos nos setores

sociais e econômicos, de forma a associá-los às expectativas e às possibilidades dos moradores da área diretamente atingida pelo empreendimento.

Ao articular as diversas escalas na explicação dos fenômenos locais, busca-se evitar cair no reducionismo da abordagem do local, do micro-regional, como derivações mecânicas do padrão hegemônico de desenvolvimento. A análise qualitativa propõe-se a recuperar o papel da cultura, dos atores e grupos sociais, na criação de um campo de possibilidades para a ação social (CRUZ, 2008).

Sob o ideal desenvolvimentista de levar progresso às regiões pobres do país, muitas empresas se instalam em cidades pequenas, de cultura tradicional e pouco industrializadas, e transformam completamente o entorno. Esse artigo trata dessa inesperada e abrupta transformação que está ocorrendo na cidade de Bacabeira, cidade pequena do interior do Maranhão, após a instalação do que será a maior refinaria da América Latina.

### **O progresso a que preço? A questão do desenvolvimento**

O termo desenvolvimento entrou em voga principalmente após a Segunda Guerra Mundial, quando o mundo precisava se reestruturar economicamente. Assim, os países hegemônicos iniciaram uma onda de produção e consumo com o intuito de repor as reservas financeiras gastas durante o período de guerra, bem como combater as ideias políticas socialistas disseminadas pelo mundo. Como apresenta Cruz (2008), tal antagonismo entre o desenvolvimento/ subdesenvolvimento foi uma das ideias-força mais importantes e podemos dizer que tornou-se fundamental para a mobilização do ocidente no processo de modernização. O termo subdesenvolvimento foi largamente utilizado para explicar a defasagem entre os níveis de bem-estar das nações do capitalismo central e as demais e para justificar a intervenção nos países ditos subdesenvolvidos, disseminando assim a ideia de que tais países poderiam alcançar o patamar mais elevado dentre as nações capitalistas mundiais.

Deste modo foi sendo disseminado o termo desenvolvimento, e com ele, ações voltadas para a erradicação da pobreza e do atraso das nações menos impregnadas pela ideologia capitalista. A busca por um patamar cada vez mais elevado foi se tornando objetivo primário a ser alcançado por todos. Tal movimento foi um momento marcante da história da modernização, termo-chave para se entender a ocidentalização do mundo, ou o processo de he-

gemonia do capitalismo (CRUZ, 2008). Percebe-se que o discurso vigente acerca do desenvolvimento nada mais é que uma artimanha do capital para criar cada vez mais uma necessidade de crescimento econômico segundo os moldes norte-americanos. Dessa forma, Esteva conclui:

O próprio debate sobre a origem e as causas atuais do subdesenvolvimento mostram até que ponto esse subdesenvolvimento é aceito como algo real, concreto, quantificável e identificável: um fenômeno cuja origem e modalidades podem ser sujeitas à investigação. A palavra define uma percepção. Essa, por sua vez, torna-se um objeto, um fato. Ninguém parece suspeitar que o conceito não se refere a um fenômeno real. Ninguém parece compreender que ‘subdesenvolvido’ é um adjetivo comparativo cuja base de apoio é a premissa, muito ocidental, mas inaceitável e não demonstrável, da unicidade, homogeneidade e linearidade da evolução do mundo. Ela exhibe uma falsificação da realidade produzida através de um desmembramento da totalidade de processos interligados que compõem a realidade mundial e a subsequente utilização de um dos fragmentos resultantes deste desmembramento, isolado dos demais, como ponto de referência geral (ESTEVA, 2000, p. 66).

Nesse sentido, a modernização, ao buscar o desenvolvimento, é percebida como um processo homogeneizador que compõe uma ação global de mudança social, incluindo as transformações culturais, econômicas e de desenvolvimento político; é progressivo, inevitável, desejável e irreversível (RIBEIRO, 2005).

De acordo com BORTOLETO (2001), a definição da expressão grandes projetos de investimentos não é muito precisa, sendo usada para caracterizar aqueles projetos que movimentam em grande intensidade elementos como capital, força de trabalho, recursos naturais, energia e território, apresentados “como meio para a implementação da infra-estrutura necessária para a industrialização e, ainda, como uma forma de levar o desenvolvimento às regiões em que foram instalados” (BORTOLETO, 2001, p. 53). Os grandes projetos trouxeram a ideia de crescimento e progresso, entendido como geração de empregos, novos investimentos e projeção das regiões de atuação no cenário nacional. Apresentavam-se, portanto, como estratégia de desenvolvimento, estruturada em grandes investimentos setoriais que promoveriam não só a expansão do produto interno bruto e da tributação da economia, mas também a melhoria na qualidade de vida das comunidades locais.

Os grandes projetos multiplicaram-se pelo país disseminando a ideia de que a implantação de grandes empresas em regiões periféricas traz consigo a redução das desigualdades inter-regionais, bem como a promoção de melhoria das condições sociais locais. Entretanto, o que realmente se observa é que os ganhos econômicos desses projetos ficam em grande parte restritos ao centro hegemônico da economia nacional, não sendo revertidos prioritariamente às regiões diretamente afetadas, acabando por não compensar os impactos causados com a implantação de tais empreendimentos.

Com a prevalência do aspecto econômico em detrimento dos impactos sociais e ambientais, há por parte do Estado ao invés de exigências, concessões. A localização dos projetos parte da negociação direta das empresas com o Governo Federal, momento em que estados e municípios disputam sua localização. O Estado, nesse sentido, torna-se aliado de grandes grupos empresariais, impondo à sociedade esses Grandes Projetos, muitas vezes sem a plena participação dos moradores atingidos e sem uma profunda discussão acerca dos impactos (positivos e negativos) das obras. Conforme comenta Santos:

Tais empresas são apresentadas como salvadoras dos lugares e são apontadas como credoras de reconhecimento pelos seus aportes de emprego e modernidade. Daí a crença de sua indispensabilidade, fator da presente guerra entre lugares e, em muitos casos, de sua atitude de chantagem frente ao poder público, ameaçando ir embora quando não atendidas em seus reclamos. Assim, o poder público passa a ser subordinado, compelido, arrastado. (SANTOS, 2001, p. 68)

Quanto ao papel do Estado, muito se tem falado sobre seu enfraquecimento nas decisões econômicas globais frente à busca incessante pelo poder. O Estado-Nação está em crise “enfraquecido diante dos poderes globais e corrupto diante dos poderes corporativos” (KLEIN, 2003, p. 291). Percebe-se, no que tange à implantação desses grandes projetos, a contínua intervenção do Estado na defesa do grande capital, seja por meio de ações diretas ou da omissão frente aos interesses privados. Santos aponta que:

A instalação desses capitais globalizados supõe que o território se adapte às suas necessidades de fluidez, investindo pesadamente para alterar a geografia das regiões escolhidas (...). Não é que o Estado se ausente ou se torne menor. Ele apenas se omite quanto ao interesse das populações e se torna mais forte, mais ágil, mais presente, ao serviço da economia dominante (SANTOS, 2001, p. 66) .

Portanto, tais projetos, ao invés de promoverem o desenvolvimento econômico e social dessas regiões, apenas contribuem para a apropriação desse território pelo capital, produzindo um desenvolvimento econômico polarizado e mantendo o quadro de miséria e exclusão da população local. O início de uma obra de construção de um grande projeto desencadeia a geração de um grande número de postos de trabalho e, por conta do elevado número de desempregados e subempregados do país, provoca o deslocamento desorganizado de um grande contingente populacional para cidades pequenas, estas, em geral, possuidoras de uma infraestrutura deficiente. Posterior à obra, a operação do empreendimento exige sempre um número consideravelmente inferior de mão de obra e, uma vez concluída a etapa de construção, promove-se a desmobilização dos trabalhadores, o que resulta em milhares de trabalhadores desempregados. Repete-se assim o ciclo migratório de esperanças fugazes.

A implantação de um grande projeto promove profundas modificações no espaço social. A expansão de novas condições técnicas da produção por todo o território nacional, embora altere a direção dos fluxos de mercadorias, não foi capaz de transformar as profundas desigualdades dos padrões de vida e das relações sociais no campo e nas cidades (PIQUET, 2007). De certo modo, ao mesmo tempo em que tais projetos são desencadeadores da expansão e desenvolvimento econômico nas pequenas cidades, eles ocasionam inúmeros problemas sociais às mesmas regiões. Para Piquet (2007, p.39), os problemas urbanos consequentes à implantação dos grandes projetos – como urbanização desenfreada, congestionamento de trânsito, favelização – não são gerados por falta de planejamento, explosão demográfica, falta de recursos financeiros ou atração de grande cidade, mas decorrências do comprometimento crescente do gasto público com investimentos complementares e subordinados à dinâmica das grandes empresas oligopólicas.

Surge então o questionamento: de que forma pode-se promover o desenvolvimento de regiões periféricas promovendo também melhoria da qualidade de vida das populações locais? Percebe-se a necessidade de uma reestruturação da estratégia de desenvolvimento do país para que haja uma maior preocupação não só em relação aos índices econômicos, mas principalmente no que diz respeito à qualidade de vida da população brasileira. Cabe ressaltar que a implantação de um GPI pode estar diretamente associada ao desenvolvimento econômico da região, porém não necessariamente se relaciona

ao desenvolvimento social da população local, diretamente e indiretamente atingida, como discutiremos a seguir.

### **Os impactos**

Ao mesmo tempo em que os grandes projetos levam expansão de novas condições técnicas de produção às regiões periféricas do nosso país, acarretam também novos problemas sociais onde se implantam. O principal deles se refere aos aspectos advindos da urbanização desorganizada, desordenada e excludente. A implantação de um empreendimento de grande porte em uma pequena cidade faz com que não apenas a paisagem se transforme, como todo o espaço econômico e social, tendo a vida da comunidade atrelada às ações da empresa no meio. Assim, os interesses coletivos passam a ser dominados pelos interesses empresariais.

Um GPI provoca, sobretudo, amplas transformações espaciais. O grande número de desempregados e subempregados do país, ao terem notícias sobre uma obra de grande porte como a refinaria em questão, se dirigem ao local em busca de vagas de emprego, sobrecarregando a infraestrutura local já deficiente. A população local, incitada pela especulação imobiliária, tende a vender suas casas e suas terras de plantio de agricultura familiar, se instalando nas áreas periféricas da cidade, gerando a formação de favelas e bolsões de pobreza. Dispondo de baixa escolaridade e pouca qualificação, essa população termina por se encaixar apenas em vagas de emprego que exigem baixo nível técnico e, conseqüentemente, baixa faixa salarial, não havendo incentivo para que moradores locais ocupem altos cargos no empreendimento.

Honorato (2008, p. 2) elenca os principais impactos sofridos por populações locais por conta da instalação de um GPI, sobretudo em relação à desestruturação social, cultural e econômica da região. Percebe-se que a instalação de um grande empreendimento acarreta problemas sociais gravíssimos que os moradores locais não estão preparados para se defrontar e o poder público e as empresas não estão dispostos a remediar. Tais impactos são apontados como necessários à sociedade capitalista, figurando como o “preço pelo progresso”. Assim, forma-se um consenso geral de que a degradação do meio ambiente e da forma de vida de sociedades tradicionais é algo necessário para se alcançar o almejado patamar de desenvolvimento. Assim, a devastação é justificada, negociada, legitimada e até mesmo exigida pelo povo.

Parte-se agora para a observação e análise de alguns dos problemas sociais que já podem ser observados no município de Bacabeira, bem como da discussão



de possíveis danos a serem sentidos pela população bacabeirense a longo prazo, tanto no que diz respeito aos sujeitos diretamente atingidos pela construção da refinaria no local, quanto à comunidade que reside nas cidades vizinhas. Ao discutir aspectos da construção da Refinaria Premium I, não se está pondo em questão a necessidade da obra, muito menos a viabilidade da instalação da mesma no local. Procura-se analisar criticamente os impactos da obra na vida dos moradores, bem como as possíveis medidas mitigadoras que a empresa poderia aplicar para minimizar tais impactos. Far-se-á aqui uma breve explanação sobre alguns dos problemas urbanos já sentidos pela população bacabeirense a partir da instalação da Refinaria Premium I, a saber: o deslocamento e crescimento populacional, a pobreza e favelização, o aumento da prostituição, o crescimento da cidade e os investimentos em infraestrutura no município.

### **Deslocamento e crescimento populacional**

A construção da refinaria está incentivando a migração de trabalhadores de outras regiões para Bacabeira. Diante do elevado contingente de desempregados e subempregados existentes em nosso país, a abertura de novos postos de trabalho por conta de uma grande obra provoca o imediato deslocamento de grandes massas humanas para os locais de sua implantação, muito acima do exigido pelo empreendimento. Como aponta Piquet:

A magnitude desses fluxos não é nada desprezível, como atestam alguns dados selecionados do plano de geração de hidroeletricidade, que transfere maciça e compulsoriamente os residentes das terras destinadas aos reservatórios: em Itaipu foram deslocados 42 mil pessoas; em Sobradinho, cerca de 70 mil; para a construção das 25 barragens previstas pela Eletrosul para a Bacia do Alto Uruguai deverão ser transferidas, segundo estimativa da empresa, 300 mil pessoas. A implantação do Projeto Ferro chegou a exigir o emprego direto de 27 mil homens, enquanto a construção da barragem de Tucuruí empregava em 30 mil trabalhadores (PIQUET, 2007, p. 65-66).

Desse modo, os “peões de obra” ou “trecheiros” – como os trabalhadores se autointitulam – são força de trabalho facilmente mobilizável em toda a extensão do território nacional. Os grandes empreendimentos tornam-se local de aglomeração dessa mão de obra pouco qualificada, conduzindo pequenas cidades para o crescimento populacional desenfreado e desordenado.

De fato, o espaço onde se implanta um grande projeto passa a caracterizar-se por uma estrutura demográfica atípica, com elevados coeficientes de homens e grupos jovens. Este não seria um aspecto negativo não fora o comportamento migratório, dos diferentes segmentos da mão de obra após o término das obras: enquanto o pessoal de maior qualificação desloca-se mais prontamente em busca de novas ocupações, o de mais baixa qualificação permanece no local, em espaços urbanos não equipados, configurando os quadros de pobreza local tão largamente relatados nos estudos de caso (Ibdem, 1998, p. 35).

Posteriormente, como a operação do empreendimento exige sempre um número menor de empregados, ao concluir a etapa da construção, acentua-se a “desmobilização” dos trabalhadores da obra, o que ocasiona a explosão na quantidade de desempregados.

### **Pobreza e favelização**

Na incisiva definição de Piquet (2007, p. 65-66), a pobreza pode ser entendida como destituição, marginalidade e desproteção. Destituição dos meios de sobrevivência física; marginalização no usufruto dos benefícios do progresso e no acesso às oportunidades de emprego e renda; desproteção por falta de amparo público adequado e inoperância dos direitos básicos de cidadania, que incluem garantias à subsistência e ao bem-estar.

A pobreza não é um fenômeno natural, mas estrutural, social e histórico, sendo resultante do sistema econômico vigente e, como tal, consequência da destruição de modos de produção tradicionais pelo modo de produção industrial predominante. O fluxo migratório proveniente da busca por empregos resulta no aumento do desemprego local/regional e, por conseguinte, no surgimento de mazelas sociais até então desconhecidas da população local, como a favelização, a prostituição e a criminalidade. Aliado a isso, a especulação imobiliária crescente no município contribui para a expulsão dos moradores mais humildes da cidade para regiões mais afastadas, iniciando a formação de bolsões de pobreza ao redor da região. É comum, em Bacabeira, ouvir histórias de moradores que, incitados pela ideia de receberem um valor nunca imaginado, vendem suas casas e seus terrenos nos arredores da obra da refinaria e se mudam para povoados mais afastados do centro da cidade, acarretando assim no surgimento de um bolsão de pobreza ao redor do centro da cidade.

## Prostituição

Da mesma forma como ocorre a mobilização de um grande contingente de homens em busca de emprego nas grandes obras, ocorre também a mobilização de mulheres que trabalham com a prostituição. Mulheres de várias partes do país migram para o local atraídas pela grande aglomeração de homens. Em um breve passeio pelo centro da cidade, é fácil encontrar estabelecimentos recém-inaugurados que promovem a comercialização do sexo.

### Bares recém inaugurados no município de Bacabeira (Bar Dama da Noite, Tentação Bar e Bar Companhia do Prazer)





Fonte: Acervo Pessoal.

### **Transformação das relações de trabalho**

Durante o processo de implantação da refinaria, a modificação radical na economia local foi o principal tema publicizado pela Petrobras e pelo Governo Estadual. É esperado que o comércio local e os serviços ligados à construção sejam pesadamente estimulados, além da própria contratação de operários da construção civil, uma vez que este setor não era significativo no município. Esta sinalização indica uma modificação das relações laborais da comunidade.

Os impactos negativos previstos sobre as atividades produtivas são resultantes da mudança repentina de interesses nas atividades primárias. Das atividades primárias, destacam-se aquelas anteriormente exercidas pelos moradores locais, como a agricultura e a pecuária, que, em sua grande maioria, estão voltadas à subsistência. Nesse sentido,

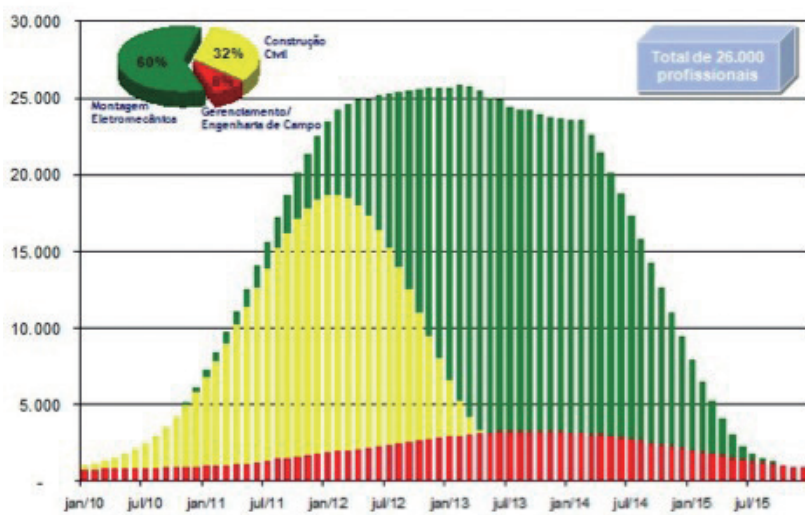
Só aparece o capital quando o possuidor de meios de produção e de subsistência encontra o trabalhador livre no mercado vendendo sua força de trabalho, e esta única condição histórica determina um período da História da humanidade. O capital anuncia, desde o início, uma nova época no processo de produção social. (MARX, 2011, p. 200).

Na atual fase do empreendimento – construção da refinaria – há o aumento da geração de emprego na área de construção civil. Em geral, essas vagas destinam-se à mão de obra pouco especializada para o trabalho na própria área da refinaria, além de obras de infraestrutura local a serem desenvolvidas pelo

poder público. Com o crescimento populacional, prevê-se ainda o crescimento de empregos no setor de serviços por conta do aumento da quantidade de restaurantes, hotéis, bancos, lojas, etc.

Segundo informações da Petrobras, durante a obra serão gerados cerca de 132 mil empregos diretos, indiretos e por efeito de renda. No pico da obra, previsto para outubro de 2014, prevê-se que 26 mil pessoas estarão envolvidas no processo de implantação (PETROBRAS, 2010).

### Geração de empregos diretos, indiretos e por efeito de renda em Bacabeira



Fonte: Petrobras, 2010.

Após o início das operações da Refinaria, a empregabilidade diminuirá consideravelmente, reduzindo-se a cerca de 2.500 empregos de caráter permanente que, em sua maioria, exigem qualificação técnica, o que excluirá grande parte dos moradores de Bacabeira.

Em audiências públicas realizadas no local, discutiu-se o fato, momento em que representantes da Petrobras e do Estado deram destaque a atividades como jardinagem, venda de sorvetes e comercialização de outros produtos alimentares nas imediações da refinaria, apresentando tais atividades como possibilidades de envolvimento dos moradores locais no empreendimento.

Dessa forma, entende-se que os impactos positivos sobre o emprego são esperados e, de certa forma, necessários no processo de melhoria da qualidade de vida da população. Entretanto, para que estes salários sejam pagos aos trabalhadores bacabeirenses torna-se necessário que se invista na capacitação e qualificação profissional da população local. No entorno da obra, já é possível observar algumas ações visando a qualificação profissional, porém ainda se mostram muito tímidas se comparadas à quantidade de empregos gerados e ao baixo nível de qualificação local. Dessa forma, os empregos gerados acabam sendo destinados aos profissionais de fora da cidade.

### Caminhões de capacitação alocados no município de Bacabeira



Fonte: Acervo Pessoal.

## Investimentos em Infraestrutura

Os grandes empreendimentos, quando instalados em regiões pouco desenvolvidas, exigem da esfera pública maciços investimentos no setor de infraestrutura, não somente capazes de dar suporte à produção, mas também de abrigar e manter sua força de trabalho. Porém, esses investimentos devem ser muito bem pensados pois como afirma Roy (1996), “a decisão sobre infraestrutura pública é considerada irreversível e única, pois requerem grandes gastos e causam impactos significantes na vida dos indivíduos e no meio ambiente” (*apud* CAMPOS e ALMEIDA, 2006, p.2).

Assim, o Estado que antes não se interessava em promover melhorias no município para o bem-estar de seus habitantes, passa agora a fazê-lo por imposição do capital privado.

Essa subordinação da ação do Estado ao processo de industrialização não significa, entretanto, uma evolução em direção a formas superiores de organização social, uma vez que resolver os problemas do atraso industrial num capitalismo tardio não equivale a solucionar os problemas do subdesenvolvimento e da pobreza. (PIQUET, 2007, p. 65-66).

Já se percebe o crescimento de infraestrutura no local, tendo como objetivo facilitar as ações da Petrobras. No último ano, a BR-135, no trecho que liga Bacabeira à capital do estado, São Luís, foi reformada e asfaltada visando o crescimento já existente do tráfego de veículos pesados por conta das obras de construção da refinaria. Em dezembro de 2011, a Petrobras assinou um convênio com a Prefeitura de Bacabeira com o objetivo de conjugar esforços para a execução de projetos na área social e educacional. A empresa ficaria responsável por repassar recursos à prefeitura para a construção de cinco escolas e três creches no município. Uma dessas unidades funcionará como centro de capacitação profissional.

Com exemplos como esse, percebe-se que a falência do Estado-Nação – que não apresenta condições na promoção do bem-estar social – repassa a responsabilidade pela qualificação à iniciativa privada, que, por sua vez, está mais preocupada com o lucro. Por conseguinte, tal estratégia é utilizada pela iniciativa privada como forma de manter um determinado controle social do território e de conquistar o apoio da comunidade local, que se torna submissa aos interesses empresariais. Por meio dessa estratégia, a empresa cria uma relação na qual a

população local torna-se sua dependente. Ao fornecer a assistência de serviços de necessidade básica (educação, saúde e geração de emprego), que são de responsabilidade do Estado, a empresa se aproxima da comunidade enfraquecendo os movimentos de resistência e legitimando sua atuação no local. Assim, a empresa adquire o poder de influenciar a política regional e a própria população.

As críticas sobre os impactos ao ambiente e à sociedade suscitam uma maior preocupação quanto ao desenvolvimento sustentável, levando as empresas a priorizar uma atuação que possibilite o menor impacto ambiental e social. Atualmente, o compromisso com o desenvolvimento sustentável supera as obrigações éticas e morais, tornando-se uma demanda primordial da sociedade. Tal compromisso já é um fator limitante para a sobrevivência das empresas nos mercados, na medida em que a imagem negativa de degradação do meio ambiente associada às empresas é capaz de influenciar a opinião de boa parcela dos consumidores (MARIANO, 2001, p. 4).

Um outro aspecto negativo para o qual tem atentado a literatura é a redução da esfera e da capacidade de decisão dos poderes locais diante da presença dessas grandes empresas. O poder, cada vez maior, que a empresa vai obtendo no local acaba por fazer com que o governo local e o regional percam o controle político e administrativo sobre o entorno. Além do que, por estar ligada à atividade estratégica da economia do país, algumas decisões que antes eram de instâncias locais, passam a ser tomadas em âmbito federal.

### **Considerações Finais**

A investigação visou, a partir da análise do cenário maranhense, a discussão sobre as conseqüências decorrentes da implantação de uma refinaria no Brasil, além de refletir sobre a forma como Grandes Projetos de Investimentos (GPI) se inserem em pequenas cidades com características tradicionais, alterando as relações socioeconômicas e culturais do entorno. Em geral, sabe-se que tais empreendimentos repetem o ciclo e a lógica de produção e acumulação capitalista. no qual esse movimento de aglutinação do modo de vida tradicional faz parte da lógica do mundo moderno e visa suprir as demandas do mercado capitalista global. Em nome de um dito desenvolvimento, destrói-se meio ambiente, histórias de vida, laços sociais. Transformam-se cidades completas e, mais que isso, reconfigura-se a vida de comunidades inteiras.



Partindo dessas considerações, este artigo buscou discutir algumas das transformações sociais ocorridas na cidade de Bacabeira – MA nos últimos anos. O que nos levou a propor essa temática foi a falta de estudos e acompanhamento da problemática tanto pela Petrobras, quanto pelo Governo – tanto no âmbito federal, quanto estatal e municipal –, bem como a falta de articulação política da população afetada nas reivindicações de suas demandas.

O caso de Bacabeira não foi escolhido ao acaso. Localizado em um dos estados mais pobres do Brasil – o Maranhão –, o município é uma das muitas cidades interioranas que, mesmo próximo às grandes cidades, parece destinado ao isolamento, ao descaso e à invisibilidade. A partir da pesquisa bibliográfica realizada e dos dados obtidos no município de Bacabeira, defende-se uma maior ênfase nas medidas mitigadoras direcionadas às populações diretamente atingidas dos GPI, no intuito de garantir seus direitos essenciais. Tais medidas devem ser pensadas e elaboradas a partir do diálogo com as populações locais, levando em conta características singulares de cada comunidade.

## Referências

BORTOLETO, E. M. *A implantação de grandes hidrelétricas: desenvolvimento, discursos e impactos*. Disponível em: <[http://www.maternatura.org.br/hidretricas/biblioteca\\_docs/grandes%20hidrel%C3%A9tricas.pdf](http://www.maternatura.org.br/hidretricas/biblioteca_docs/grandes%20hidrel%C3%A9tricas.pdf)>. Acesso em 27/09/2011.

CAMPOS, Vanessa Ribeiro; ALMEIDA, Adiel Teixeira de. *Modelo multicritério de decisão para localização de nova jaguaribara com vip analysis*. Pesqui. Oper., Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, abr. 2006. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-74382006000100005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-74382006000100005&lng=pt&nrm=iso)>. Acessos em 10 abr. 2010. doi: 10.1590/S0101-74382006000100005.

CRUZ, José Luis Vianna da. *REGIÃO, DESENVOLVIMENTO E A ESCALA MICRO-REGIONAL: notas Metodológicas*. Regiões e Cidades – Volume 1, No 1. Outubro de 2008. PP. 10-29

ESTEVA, Gustavo. *Desenvolvimento*. In: SACHS, W. Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento para o poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 59-81.

HONORATO, G. S. *Gerenciando impactos sócio-econômicos: o papel da Sociologia na implementação de usinas hidrelétricas no Brasil*. Revista Eletrônica Espaço Acadêmico, v. 1, p. 1, 2008.

KLEIN, Naomi. *Cercas e janelas: na linha de frente do debate sobre globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MARIANO, Jacqueline Barboza. *Impactos ambientais do refino de petróleo*. 2001. 289f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.ppe.ufrj.br/pppe/production/tesis/jbmariano.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2011.

MARX, Karl. *O Capital*. Livro I, vol. 1. 28ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PETROBRAS. *Investimentos da Petrobrás no Maranhão*. São Luis, 2008.

\_\_\_\_\_. *Início das obras da Refinaria Premium I no Maranhão*. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: [www.petrobras.com.br/rj](http://www.petrobras.com.br/rj). Acesso em: 11 abr. 2010.

PIQUET, R. P. S. *Cidade-empresa: presença na paisagem urbana brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. \_\_\_\_\_. *Indústria e Território no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2007. v. 1.

RIBEIRO, Maria Regina Rodrigues. *As representações sociais sobre desenvolvimento em Santa Maria, RS*. (2005). DISSERTAÇÃO DE MESTRADO.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Editora Record, 6ª Ed., 2001.

## Notas

- 1 Psicóloga, mestre em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e doutoranda pela Universidade do Porto-Portugal. E-mail: daianeben-tivi@hotmail.com
- 2 O termo pré-sal refere-se a um conjunto de rochas localizadas nas porções marinhas de grande parte do litoral brasileiro, com potencial para a geração e acúmulo de petróleo. FONTE: <http://www2.petrobras.com.br/presal/>

**Artigo recebido em junho de 2014, aprovado para publicação em agosto de 2014.**

